

**35º Encontro Anual da ANPOCS**

**GT 34: Sociologia e antropologia da moral**

**“Cumprir minha missão”: mito, memória e moral**

Priscila Gomes de Azevedo

*Ó Santa Zita, que no humilde trabalho doméstico soubestes ser solícita como foi Marta, quando servia Jesus, em Betânia, e piedosa como Maria Madalena, aos pés do mesmo Jesus, ajudai-me a suportar com ânimo e paciência todos os sacrifícios que me impõem os meus trabalhos domésticos: ajudai-me a tratar as pessoas da família que sirvo como se fossem meus irmãos. Ó Deus, recebi o meu trabalho, o meu cansaço e minhas tribulações, e pela intercessão de Santa Zita, dai-me forças para cumprir sempre meus deveres, para merecer o reconhecimento dos que sirvo e a recompensa eterna no céu. Santa Zita, ajudai-me. Amém.*

(Oração a Santa Zita)<sup>1</sup>

## **Introdução**

“Cumprir minha missão” poderia soar como um artil retórico se a compreensão não partisse da perspectivaêmica do grupo social que a categorização nativa da Zona da Mata Mineira<sup>2</sup> consagrou como “filho de criação”. Os “filhos de criação” são crianças dadas ainda bebês ou bem pequenas pelas famílias biológicas (por motivos diversos: desde a falta de condições econômicas para a criação à retribuição de um favor prestado) a outras famílias, economicamente bem sucedidas ou não<sup>3</sup>. Não se trata de casos de adoção, nada é legalizado. As famílias que acolhem essas crianças as apresentam como “filho” para a sociedade, suprimindo qualquer distinção do filho biológico. No entanto, a relação que se estabelece entre pais/filhos de criação é completamente diferente da relação entre pais/filhos biológicos. Ao contrário destes, os filhos de criação não frequentam escolas ou frequentam muito pouco, não passeiam, nunca viajam, não possuem amigos além dos “irmãos” (apesar de serem conhecidos e benquistos pelos membros da comunidade na qual estão inseridos), não trabalham fora de casa, vivem uma vida despida de consumo, de lazer, de vaidade etc. e qualquer ambição, sonho ou desejo são tomados como despropositados (embora existam). A vida dessas pessoas é dedicada, desde sempre, ao cuidado da casa e dos pais, até a morte destes. Contudo, tamanha

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.catolicosdobrasil.com.br/oracoes-catolicas/oracao-a-santa-zita/> Proclamada pelo papa Pio XII a “padroeira das empregadas domésticas”.

<sup>2</sup> A Zona da Mata é uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, formada por 142 municípios agrupados em sete microrregiões, situa-se na porção sudeste do estado, próximo à divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

<sup>3</sup> O tema da classe ocupa uma posição marginal na prática do acolhimento. A antropóloga Maria Angélica Motta-Maués (2004) chegou à mesma conclusão num estudo similar que envolve a “circulação de crianças” no estado brasileiro do Pará.

distinção de tratamento entre os filhos não é considerada; seja pela família, seja pelos próprios filhos de criação. Tudo é visto de forma absolutamente naturalizada por ambas as partes. O trabalho acerbo que os sobrecarrega roubando-lhes a infância, os estudos ou qualquer possibilidade de autonomia e individuação, jamais é questionado ou tomado com pesar. Num primeiro momento, quando interrogados se há alguma diferença para com os filhos biológicos, todos os filhos de criação responderam prontamente, com o rosto crispado num ricto de alegria: “*Não! Sou filho mesmo, como se fosse da família!*”, malgrado o tratamento iníquo. No entanto, na medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo e o contato ficando mais frequente, a narrativa revelou alguma dissensão entre “como se fosse” e “ser”.<sup>4</sup>

As histórias de vida referidas de modo fragmentário nesse artigo foram recolhidas entre 2005 e 2007, quando da primeira etapa da pesquisa, ainda em andamento, realizada nas regiões rural e urbana de duas cidades localizadas na Zona da Mata Mineira. Na ocasião, a pesquisa se debruçou sobre a história de vida de oito filhos de criação (cinco mulheres e três homens), embora outros casos (de mulheres, em sua maioria) tivessem surgido. Atualmente, não há registro de novos acolhimentos em função, apenas – esse é um pormenor importante –, da proibição da “adoção à brasileira” (em que se assume a paternidade sem o devido processo legal) e do aumento da fiscalização. Como veremos melhor mais à frente, tal prática encontra-se preservada no imaginário social da região observada e ainda hoje é naturalizada. Sendo assim, a pesquisa trabalha na intersecção de duas abordagens: a diacrônica, procedendo a um levantamento histórico, através da memória social e de documentos historiográficos (como fotografias, registros, inventários...); e a sincrônica, com o estudo em profundidade do tempo presente, através de narrativas biográficas, de entrevistas com habitantes locais, de anotações etnográficas de práticas e valores hodiernos. Trata-se de uma antropologia das formas morais e costumeiras por meio das quais as pessoas daquela região reconhecem os filhos de criação e estabelecem o imaginário dos princípios e regras de um código que lhes

---

<sup>4</sup> No livro *Mulher, mulheres – identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas* (2001), a antropóloga Maria Suely Kofes faz uma discussão interessante das distinções entre desigualdade e diferença e propõe a seguinte questão: “por que a desigualdade aparece oculta como noção em muitas das perspectivas que enfatizam a diferença?” (Idem: 30). De acordo com a antropóloga, o lugar do conhecimento onde se produz a explicação da diferença, da desigualdade, da assimetria, parece distinguir-se, chamando ao desafio da conexão de outros como dominação, subordinação, poder. Como se os primeiros fossem da ordem do traçado e os segundos, dos atos.

desenha o perfil da própria identidade e a gramática dos relacionamentos com a família e com a comunidade.

Devido ao limite de páginas torna difícil não criar uma sensação de mera “ilustração etnográfica” (Peirano, 1995) ao falar tão pontualmente dos casos. Assim também, por se tratar da análise de uma categoria social, os filhos de criação, as histórias de vida tal como são apresentadas podem conferir um sabor etnográfico de “histórias de caso”.

### **Do acolhimento como dádiva à servidão como dívida**

Há uma disparidade entre mulheres e homens na “condição” filho de criação. Segundo relatos obtidos dos moradores das cidades, até meados de 1970, quando “os trabalhos da roça” constituíam a principal forma de subsistência da região, havia paridade entre o acolhimento de meninas e de meninos. O menino acolhido, segundo explicações nativas, ajudava no *trabalho do pai*, na roça, e a menina, no *trabalho da mãe*, isto é, doméstico. Como nos últimos anos o “trabalho do pai” extinguiu-se consideravelmente, ao contrário do trabalho doméstico, pois, de acordo com as filhas de criação entrevistadas, “*serviço de casa é uma coisa que nunca acaba*” e “*trabalho de casa é trabalho de mulher*” (apesar de afirmarem que a relação que se estabelece com a família acolhedora é estritamente familiar), o maior número de filhas de criação em comparação ao de filhos de criação é assim explicado. Disso depreendem-se alguns dados importantes para a análise dos casos em questão, inicialmente, destaco dois: o acolhimento está sempre atrelado ao desempenho de uma função e a divisão sexual desta função.

[(...) E você acha que a sua mãe, quando te adotou, ela já pensava nisso? Ou seja, ela fazia questão que fosse uma menina porque queria uma companheira?] *Isso, isso. Sempre pensou assim, porque na cabeça dela, ela pensava o seguinte: como ela já tinha problema [de saúde], se ela arrumasse um menino a tendência seria ele ajudar no serviço do homem, do pai. Então ela pensou assim: “Eu vou dançar nessa! [risos] Então eu quero arrumar uma menina, porque uma menina vai me ajudar”. Entendeu? Ela pensou nela, você tá entendendo? E nessa o meu pai também entrou...*

Laura, 22 anos.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Por razões de anonimato, os nomes dos entrevistados, bem como os citados durante as entrevistas, foram cuidadosamente trocados, preservando referências contidas nos originais, como regionalismos ou apelidos, por exemplo.

*Eu comecei a trabalhar com sete anos de idade... Sete anos! Com sete anos eu comecei a lavar vasilha, se não desse altura, eu colocava um banquinho... Mas que eu trabalhava, eu trabalhava! Aprendi a fazer comida... Então, assim: eu sei fazer de tudo que você possa imaginar. Eu sei costurar, eu sei bordar, eu sei fazer crochê... (...) [E quem te ensinou?] Foi a minha mãe de criação. Então, quer dizer; nada me dá medo não! Nada é difícil para mim não. Adoro arrumar casa, adoro fazer doce... tudo eu sei fazer um bocadinho!*

Clara, 52 anos.

*“O casal que me acolheu ia precisar de um rapazinho para ajudar nos serviços e porque ficou com pena da miséria que eu vivia com a minha família biológica. (...) A minha mãe [acolhedora] tinha 65 anos e o meu pai [acolhedor] tinha 70, ele não tinha mais idade para fazer essas coisas. [Você ajudava os seus pais?] Ajudava, ajudava. Ajudava muito. Porque naquela época, o serviço era buscar uma lenha, buscar uma água na mina, porque não tinha COPASA [agência que fornece água para a região]... Então eu mesmo ficava por conta daquele serviço ali.*

Alessandro, 38 anos.

*“Você sabe quantos anos eu tenho? Eu tenho setenta anos! Quando eu fiz um ano, a Maria foi lá para casa [logo depois Joana, irmã de Maria, foi “dada” também para essa família]. A mãe delas era muito amiga da mamãe, moravam na fazenda do vovô. Aí mandaram as duas... Foi uma bênção de Deus! [Quando elas foram para a sua casa, foram como filhas ou para trabalhar?] Não! Como uma filha! Mas trabalhava. A mamãe era brava, né, Maria? [Maria ri] (...) Elas são uma bênção na minha vida! Eu as tenho como mães. Quer dizer, elas são minha família! (...) A Maria é uma excelente cozinheira! A Joana é ajudante. (...) Elas são muito caprichosas. É a Maria quem lava a minha roupa. Aí eu falei para ela que eu não queria que colocasse na máquina... [Ela lava tudo à mão?] Lava! Tudo na mão... (...) Toda vez que minha filha vem aqui, ela me pergunta se eu estou com lençol novo, porque a Maria lava e engoma os lençóis e eles ficam parecendo novos! A casa fica na mão delas! Se eu disser que eu não sei o que tem na cozinha, você não acredita! (...) Se quebra alguma coisa aqui em casa ou se precisa comprar alguma coisa eu nem fico sabendo; elas mesmas pegam o dinheirinho delas e compram!”<sup>6</sup>*

Vera, filha biológica da família que acolheu Maria, 82 anos, e Joana, 80, e que recebeu as duas como “herança” dos pais.

*(...) Os filhos homens [da família acolhedora] estavam todos casados. Eles [pais acolhedores] precisavam de alguém pra fazer companhia pra elas [filhas biológicas]. [Como o senhor era tratado?] Como filho! Como filho! Do*

<sup>6</sup> Vera aposentou tanto Maria como Joana, mas é ela quem recebe os rendimentos e lhes repassa uma pequena quantia, “elas são analfabetas, não têm noção de valor”. Esse é um fato recorrente nos casos em que os filhos de criação são aposentados.

*mesmo jeito, do mesmo jeito. Dormia no mesmo quarto que as meninas. Igual irmão mesmo. (...) [Até que série o senhor estudou?] Ah! Eu estudei só até a terceira. Por causa do serviço. O serviço era muito! Porque a gente tinha que moer cana para fazer rapadura. [Para vender ou para casa?] Para vender. Tirava para a despesa e para vender. Então era assim: as 3 horas da manhã já estava trabalhando, tocava boi, né? Porque no plantio não usava motor, não tinha luz, né? Era roda de boi para moer cana, colocava os bois para rodar aquilo ali e ficava tocando os bois. Aí depois, dava 6 horas, eu trocava de roupa “de galope” e ia correndo para a escola. Eu já ia cansado... De vez em quando eu dormia na aula. E de noite para fazer o dever? Morrendo de cansado? Como que eu aprendia? Que jeito? [E os seus irmãos de criação estudaram?] Estudaram.*

Sebastião, 44 anos.

*Quando eu fui para lá, o Lucas, o filho mais velho [da família acolhedora] não tinha nem nascido. (...) Aí eu trabalhava e tomava conta dele. E foi assim com os outros, Rodrigo e Leonardo, eu vi gerar, vi nascer e criei. Até do netinho deles quando nasceu, era eu quem tomava conta. (...) Eu fazia de tudo! Eu arrumava a casa, fazia o almoço, lavava a roupa; tudo com os três meninos aqui, oh!, grudados!*

Anita, 58 anos.

*[O senhor foi à escola?] É, eu fui. Eu fui porque tinha que levar elas [filhas biológicas do casal acolhedor]. [E o senhor gostava da escola?] Eu gostava! Aprendi pouco também, né? Porque eu já era bem grande... [E depois de grande não se aprende mais?] Não, é porque eu fiquei pouco também... Porque eu saí... Fui trabalhar, fui capinar. Trabalhava na roça. (...) Aqui eu fazia uma porção de coisa; tinha cafezal, eu plantava café, cuidava do café... Tudo eu fazia! Era varredor do café, assoprava o café... Eu fazia de tudo!*

João Paulo, 93 anos,

Apesar da recorrente referência ao trabalho como apanágio de suas vidas, nenhum dos filhos de criação entrevistados o fez em tom de queixa. Pelo contrário, uma espécie de “pedagogia do sofrimento” é exaltada com orgulho por tê-los constituído em “*pessoas de bem*”. Trata-se de algo inerente à qualificação moral que necessariamente todo filho de criação tem de passar. As privações são tomadas como escolhas próprias, abnegações resignadas. “*Parei de estudar porque a minha ideia não é puxada para o estudo*” (Sebastião). “[Você tinha vontade de se casar?] *Não, não tinha. Nada, nada, nada...* [risos] (...) *Não, de casar eu nunca tive vontade. Eu tinha vontade de morar junto, mas toda vez que eu arrumava um namorado, ela [a mãe] já ficava com aquele medo, com pavor de que eu ia deixar ela sozinha, sabe? (...) Aquilo me cortava e eu acabava. Aí eu*

*falava: 'Th, gente! Agora não tem jeito mais não!'. Mas você precisava ver o pavor que ela ficava!'* (Clara).

A família acolhedora procede do mesmo modo, ou seja, não há o sentimento de exploração ou mesmo de tratamento desigual dos filhos. O tratamento dos filhos de criação acontece do modo como acontece porque *“é assim”*, tem de ser assim. *“Filho de criação cuida dos pais até a morte”*, como dizem os moradores locais. *“Quando elas vieram morar comigo, eu falei que ia colocá-las na escola... Mas elas não quiseram. Elas gostam de ficar aqui, cuidando da minha família”* (Vera).

Contudo, o *método de educação e de humilhação*, como diz Franz Kafka em sua *Carta ao Pai*, a que foram ou são submetidos, é reconhecido como tal pelos filhos de criação.

[O que você mais admira na sua mãe (de criação)?]

*Na minha mãe? Hum... deixa eu ver o que eu mais gosto nela... [longo silêncio] A minha mãe é muito trabalhadora. Ela sempre trabalhou demais. Ela teve uma infância sofrida demais, sabe? De trabalhar pesado mesmo. De carregar peso igual a um burro! Sabe? Ela sempre trabalhou muito, desde muito novinha. Então, assim, eu acho ela muito guerreira, sabe? (...) Meu pai também, nesse sentido. E meu pai é muito alegre. Eu acho o meu pai muito alegre, muito brincalhão, muito extrovertido. Eu gosto desse lado dele. De brincar, de tirar sarro das coisas que às vezes tem que ser levadas a sério, mas ele leva na sacanagem para que aquele problema não se torne maior, sabe? Ele prefere brincar para não ter que encarar o problema. (...) Eles trabalharam muito, muito. Eu lembro que, às vezes, quando eu era pequena, a minha mãe me contava histórias que ela não se tocava que me machucava e eu também não falava nada... Até que um dia o meu pai falou pra ela: “você está contando um caso seu, mas que machuca ela!”. O caso era assim: o pai dela obrigava ela a trabalhar muito e ela não tinha o direito de reclamar. Se um dente estivesse dolorido, não se tinha o direito de ir lá e consertar o dente. Aquilo tinha que apodrecer e cair pra lá... Tanto é que uma época a minha mãe infeccionou o canal de um dente que chegou a perfurar o rosto dela! Ela tem a cicatriz! Chegou a perfurar! E o pai dela não deixava ela procurar um médico. Até que isso deu uma febre muito forte, que ela trincou os dentes; ela não conseguia abrir a boca para comer, para beber... Chegou no limite! E o pai dela muito rico (‘oh só pro cê vê!’) não deixava ela ir ao médico. Aí quando chegou no limite do limite; que ele viu que não tinha recurso mais, que ia manchar o nome dele na sociedade... Imagina: filha de homem rico nessa situação! Aí ele deixou ela ir ao médico, mas também assim: para fazer o que fosse preciso com o menor preço possível! E tinha que ir e vir do médico debaixo de sol quente, a pé! Se desse hemorragia, que desse! É a pé e pronto! Então, assim, quando eu era menor, eles queriam passar isso para mim. A forma de criação deles. Mas eu nunca aceitei muito isso não. O que é isso, gente? Isso é um absurdo! Mas, assim... Eles nunca*

*quiseram que eu trabalhasse muito não. Mas, voltando ao assunto, quando ela [a mãe] cresceu, estava numa faixa maior de idade, ela chegou para ele [o pai dela] e falou assim: “Ô pai, eu sou filha adotiva?”. E o pai respondeu: “Não, por quê?”. E ela disse: “Não, porque quando o filho é adotivo é que a gente judia. Por que o senhor judia tanto de mim?”. Entendeu? Ela falava assim com ele, só que contava para mim. Ou seja, se judiassem de mim, eu tinha que agüentar porque eu sou adotiva.*

[E você não falava nada?]

*Não. Quando eu era pequena, havia mais conflito em relação a isso, sabe? Às vezes eles falavam coisas que me ofendiam e se eu tentasse responder ou tentasse conversar a respeito do problema, eles falavam comigo “que não, que eu deveria ser muito agradecida a eles, porque se eu estivesse com a minha mãe [biológica] lá, talvez nem viva eu estaria...”. Eles me criaram com a mente o seguinte: eu tenho que viver agradecendo somente a eles, porque foram eles que me deram a vida. Entendeu? (Laura)*

A família desempenha um papel central na vida dos filhos de criação, constituindo o principal, não raro o único, contexto de ação, seja durante a “socialização primária”, seja nas “secundárias”; de modo que suas principais “disposições” (Bourdieu/Lahire)<sup>7</sup> de ver, sentir, julgar, valorizar e agir foram constituídas pela relação familiar desde a mais tenra infância e pouco foram alteradas ao longo de suas trajetórias. Em todos os casos, a família acolhedora os educou com o discurso “se não fosse por ela, talvez nem vivos estivessem” e espera a retribuição desta “caridade” ao mesmo tempo em que exalta o amor como o cerne da relação. A retribuição dos filhos de criação se dá através da obediência e subordinação incondicional à família, o que expressa o reconhecimento da “dáviva” recebida. Em contrapartida, ao reconhecer a dáviva por meio da submissão, o filho de criação obtém o reconhecimento, a admiração da família. Esse reconhecimento constitui, de acordo com Charles Taylor (1989), a base da dignidade do *self*, sobretudo nesse caso, visto que é da maneira como acontece a relação com a família que os filhos de criação obtêm respeito “atitudinal”, no sentido que Taylor lhe atribui<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Vale observar que, apesar de Bourdieu recorrer à noção de disposição em suas principais obras, em nenhuma delas, nem mesmo em *La Distinction*, há qualquer explicação sobre o que vem a ser uma “disposição”. Essa questão é mais bem trabalhada por Bernard Lahire (ver referência ao final deste artigo).

<sup>8</sup> A correlação estabelecida por Charles Taylor no seu *The Sources of the Self: The Making of the Modern Identity* (1989) entre reconhecimento e “dignidade” iluminou a compreensão do papel do reconhecimento social na vida dos filhos de criação, ainda que numa situação empírica controversa à formulada pela teoria. Em linhas gerais, a dignidade configura um dos três eixos daquilo que Taylor define por “pensamento moral”, a saber: primeiro eixo, nosso sentido de respeito pelos outros e de obrigação perante eles; segundo, nossos modos de compreender o que constitui uma vida plena, expressos na noção de “afirmação da vida cotidiana” e; terceiro, os pressupostos que nos conferem “dignidade”. O princípio da dignidade refere-se às características mediante as quais pensamos em nós mesmos como merecedores ou não do respeito das



A análise dos casos revelou uma trama muito articulada a uma espécie de “mito fundador” que permeia a memória coletiva nas regiões observadas e que naturaliza a relação iníqua que se estabelece entre o filho de criação e a família acolhedora.

### **O reconhecimento social da servidão**

As cidades onde a pesquisa foi desenvolvida são demograficamente pequenas<sup>9</sup>, o que favorece a “rede de observação” à qual estão sujeitos todos os moradores (Comerford, 2003:32). Como apontou Comerford nesse estudo realizado também na região rural da Zona da Mata Mineira, existe um controle por parte dos moradores que, apesar de informal, é muito eficaz. De maneira geral, tal controle se dá sobre a movimentação das pessoas nas estradas, sobre quem entra e sai da casa de quem, sobre a presença de “*pessoas de fora*”, enfim, sobre a vida e os relacionamentos entre parentes, vizinhos, entre eles todos e os outros; temas que modulam as narrativas cotidianas. De um modo geral, uma questão perpassa todas essas observações e nos diz muito a respeito dessa região: o “capital social de relações pessoais” (Bourdieu) como um dos pilares da organização social.

O sobrenome, por exemplo, desempenha um papel estruturante nas relações. A primeira coisa que acontece quando se chega à casa de algum habitante de “A” ou “B” é a pergunta: “*você é filho de quem?*”. A partir da resposta, as relações de cordialidade ou de hostilidade são traçadas. Através do sobrenome, é possível saber a condição econômica do outro, se é honesto ou não, onde mora, “*o que faz da vida*”, se “*é de família de bem*”, se é bem visto pela sociedade etc. Tudo isso com base no histórico da família. O sobrenome funciona como uma espécie de crédito pessoal que define desde as relações sociais, passando pelas econômicas, até as relações políticas. Todas essas relações são pautadas mais por éticas subjacentes a uma “economia moral” (Thompson, 1984), como honra, hierarquia, respeito e reciprocidade, do que por princípios legais ou

---

pessoas que nos cercam. Não apenas do respeito “ativo” (respeito aos direitos, no sentido da não-violação), como no primeiro eixo, mas, sobretudo, do respeito “atitudinal”, que implica em reconhecimento, em admiração por parte das pessoas. No entanto, a conexão estabelecida entre submissão-reconhecimento/dignidade no caso dos filhos de criação é algo que escapa à ontologia moral empreendida por Taylor. Como explicar o sentimento de dignidade num contexto de pletora de submissão que fere os princípios de “respeito ativo” (primeiro eixo) e de “vida plena” (segundo eixo), se há na configuração do pensamento moral, como observa Taylor, uma sobreposição substancial, ou uma relação complexa, entre os eixos, de modo que o tema da dignidade que configura o terceiro eixo está interligado aos dois primeiros?

<sup>9</sup> De acordo com a contagem realizada em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade “A” possuía aproximadamente 35.000 habitantes e a cidade “B” cerca de 9.000.

mesmo de lucro ou ganho material.<sup>10</sup> “*O que adianta eu ser rico, mas não ter amigo? E na hora que eu precisar? Vou chamar quem? O dinheiro só, vai me valer? Aí que tá... (...) Amizade manda mais do que o dinheiro. Dinheiro faz falta, mas amizade faz mais ainda. A gente não tem o dinheiro, mas tem um amigo ali da frente que, se precisou: ‘Ô fulano, eu tô apertado...’. E pronto! Ganhou! Né? E se não tiver amizade: ‘Ô fulano...’, ‘Eu não te conheço não!’. Né? E aí?’*” (Sebastião).

Outro pilar da organização social é a religião. A pessoa que não pratica a religião católica ou protestante não é bem vista socialmente. Contudo, em ambas as cidades pesquisadas predominam uma espécie de estoicismo religioso e um catolicismo “magicizado”: benzeção, rezas, superstições, feitiçaria etc. Todas essas e outras crenças “funcionando” com uma lógica de causa e efeito intimamente ligada ao cotidiano. Do mesmo modo que as pessoas orientam suas vidas com base em princípios cristão-religiosos, como, por exemplo, os Dez Mandamentos, é comum recorrer a benzedores e benzedoras, para todo tipo de sorte ou azar. “*Eu tava tendo muita dor de cabeça. Dor de cabeça, você sabe, é maloiado [mau-olhado]! Aí benzi e passou. As pessoas botam muito maloiado na gente*”. “*O cabelo da minha filha não crescia de jeito nenhum, aí levei ela lá para benzer...*”. “*Quando perdi meu emprego, descobri que foi por causa de trabalho [macumba] que fizeram pra mim. Aí tive que me benzer por um tempão para conseguir arrumar outro*”. “*Ela não vale nada. Dizem que ela fez macumba pra ficar com ele... Mas dizem que casamento de macumba só dura sete anos, né?*”. Todas essas práticas são tratadas abertamente nas conversas e não comprometem a religião “oficial”, católica em sua maioria, dos praticantes.

As missas dominicais e os cultos evangélicos são momentos-chave para a rede de observação, sobretudo nas conversas “*depois da missa*”. Tais ocasiões constituem o único momento de lazer dos filhos de criação, mas constituem também o momento em que têm seus comportamentos mais observados e julgados. Muito do sermão do padre ou do pastor é reproduzido nessas conversas como também na conversa cotidiana ao longo

---

<sup>10</sup> Um exemplo de prática popular onde o sobrenome é determinante, está na forma como o mercado local se organiza. Sobretudo na cidade “B”, onde há pouca estrutura de comércio, existem as populares “vendas”: espécie de mercearia que vende um pouco de tudo e supre a ausência do comércio. As relações de compra e venda nessas “vendas” são pautadas pelo “crédito pessoal”; tudo é vendido a prazo, sem qualquer garantia de pagamento (cheque, cartão de crédito, promissória etc.), apenas anotam o que foi comprado em pequenos cadernos, popularmente chamados de “cadernetas”, que ficam com o próprio comprador. Nem toda família possui caderneta, apenas aquelas aptas pelo julgamento dessa economia moral.

da semana. É comum ouvir a frase “*Domingo o padre falou...*”. É também recorrente referências aos “Dez Mandamentos”, sobretudo aos mandamentos “*Amar a Deus sobre todas as coisas*” e “*Honrar pai e mãe*”.

No caso dos filhos de criação, a valorização religiosa do sofrimento justifica suas privações e ensina a resignação.

“(...) *Porque Deus falou: aquele que sofre aqui, dele será o reino do céu. (...) Os outros pisa, pisa, pisa, pisa e eu estou sempre feliz. [Você acha isso bom?] Acho bom, é de pessoa boa, coração bom. É... é bom. Todo mundo gosta de mim*”. (Anita)

“*Tem gente que é bonzinho mesmo! Eu não falo que eu tenho inimigo não. Eu lido bem com todo mundo, todo mundo me trata bem, eu também trato eles bem, não tem conversa, não tem nada. Mas tem gente aí que não dá para ser seguro não, que não trata bem os outros não. É só vem a nós; ao vosso reino, nada! (...) Esse vai é pro inferno! [risos] Por causa disso que eu lido com todo mundo bem e todo mundo lida comigo. Eu não posso ser ruim para ninguém*”. (João Paulo)

“*Não adianta chorar, não adianta reclamar... Foi Deus quem quis*”. (Sebastião)

“*Quando eu estou triste eu me apego em Deus. Eu rezo muito a bíblia. Eu adoro ler a bíblia*”. (Laura)

“[O que a senhora acha que acontece depois que a gente morre? A gente vai para o céu?] *Eu não sei... Quem merece vai, né? Eles falam que quem não merece vai para o inferno, mas eu acho que não é assim... Eu acho que o inferno é aqui mesmo. [É? E por que a senhora acha isso?] Eu acho que o inferno é aqui embaixo mesmo... [silêncio] Porque é aqui que a gente sofre, né?*”. (Maria)

É sobretudo o viés religioso de valorização do sofrimento que engendra uma espécie de mito que define a categoria “filho de criação”: são “*pessoas especiais, escolhidas por Deus, que cuidam dos pais até a morte*”. Tal “missão”, cuidar dos pais até a morte, é sobejamente conhecida e compartilhada por todos, e, desse modo, o filho de criação que cumpre sua missão goza do que poderíamos chamar de “distinção”, exatamente nos moldes bourdieusiano do termo, por mais paradoxal que pareça. Isso pôde ser observado em todos os casos levantados, todos os filhos de criação possuem

trânsito fácil em todas as camadas sociais devido ao seu *status* benfazejo, auto-referido e também coletivamente compartilhado. Contudo, no caso de Anita em particular, tal distinção é ainda maior, pois o discurso de seus conterrâneos é unânime ao defini-la como “*pessoa muito boa*” que, por isso, fora escolhida por Deus para receber seus “*recados*” e possuir “*o dom da premunicação e da palavra*”. Desse modo, Anita goza de uma posição simbólico-social quase “*não-humana*”, por ser “*a escolhida*” de Deus.

(...) *Deus usa as pessoas! Aquele que se pega com ele de verdade, que não teima com ele, que segue todos os mandamentos da igreja direitinho; Deus usa. Deus já me usou para ajudar a curar. [É mesmo?] É igual eu estava te falando, Deus usa a gente para dar recado. Um dia Ele me chamou para levar um recado para uma moça daqui que estava com câncer. Ele falou comigo até as palavras. Eu falei: “Ué, Senhor? O que o Senhor quer comigo?”. [Você estava acordada?] É, acordada. Ele me acordou, eu estava dormindo. Ele falou: “Oh, leva a palavra para a Eva, para aquela lá que está doente. Leva para ela um consolo. Lê para ela o João XIV e canta para ela um cântico”. Eu falei: “Tá, pode deixar! Hoje mesmo, agora mesmo o dia amanhece e eu vou”. (Anita)*

Num primeiro momento, quando questionados se conheciam algum filho de criação, os moradores das cidades manifestaram comiseração pelas abnegações dos filhos de criação que conheciam, o que foi feito, curiosamente, em tons de elogios justamente à pleitora da submissão: “*É tratado como escravo, mas não abandona a família que o acolheu*”; “*Nem os filhos de sangue têm tanto carinho e cuidado com os pais como ela tem*”; “*É melhor ter filho de criação do que de sangue porque ele não abandona os pais*”, “*São pessoas especiais, escolhidas por Deus, que cuidam dos pais até a morte*”. Porém, num segundo momento, quando questionados sobre o tratamento conferido aos filhos de criação, a submissão passa a ser explicada sob o viés da obrigação, da “*dádiva retribuída*”: “*(...) filho tem obrigação de ajudar os pais. Os pais cuidam dos filhos para depois os filhos cuidarem dos pais. Os filhos de criação mais ainda, porque acolher uma criança é uma escolha*”.

De um modo ou de outro, o discurso social converge para a servidão como algo implícito à “*condição*” filho de criação. É isso o que constitui sua identidade e o legitima como “*parte da família*”, já que nos casos onde houve “*rompimento*” com a família<sup>11</sup>, o

---

<sup>11</sup> Casos em que o acolhimento se deu já na adolescência. Tive acesso a essas informações por meio de conversas com moradores das cidades.

filho de criação passou a ser visto socialmente como “íngrato” e perdeu a posição de “membro” da família que o acolheu. O reconhecimento da sociedade atrelado à submissão atualiza as disposições dos filhos de criação adquiridas da relação familiar<sup>12</sup>. Apesar das mudanças decorrentes da urbanização que alterou paulatinamente práticas e costumes, a imagem do filho de criação como alguém devoto e submisso à família acolhedora encontra-se, ainda hoje, preservada na memória coletiva destas cidades. Desse modo, romper com a família acolhedora implica numa tripla perda de reconhecimento; isto é, da família, da sociedade e, no limite, também de Deus.

### **A missão como mito, memória e moral**

O discurso dos pais acolhedores “*se não fosse por nós, talvez nem vivo você estaria*”, é o fio condutor que liga pais acolhedores, filhos de criação e sociedade. Quanto aos pais acolhedores, esse discurso justifica o privilégio de gozar sem culpa da servidão daquele que lhes deve “a vida”. Quanto aos filhos de criação, explica a constituição do sentimento de dívida e a origem da servidão. Por fim, quanto à sociedade, esse discurso cria a expectativa coletiva da retribuição.

Existe um legado cultural que imbuíu o filho de criação da “missão” de cuidar dos pais até a morte. Esse legado pode ser observado através dos depoimentos das pessoas que vivem nessas cidades assim como nos depoimentos dos próprios filhos de criação.

---

<sup>12</sup> A íntima correlação entre reconhecimento e submissão é algo que escapa à discussão moderna sobre reconhecimento. Me refiro especificamente aos estudos de Charles Taylor e Axel Honneth. Quanto a Taylor, vide nota 8. Em Honneth, o reconhecimento tem mais ligação com o respeito “ativo”; a noção de “desrespeito” analisada por ele recai sobre a violação da “pessoa de direito”. É a partir das três esferas de reconhecimento definidas por Honneth, a saber, o “amor”, a “estima social” e o “direito”, que os indivíduos formam seus juízos de “amor-próprio”, “auto-estima” e “auto-respeito”. O cerne da análise de Honneth em *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts* (1996) consiste em perceber como é possível em indivíduos historicamente desprovidos de auto-estima, auto-respeito e amor próprio uma consciência capaz de refletir não apenas sobre suas condições de desrespeitados, mas, sobretudo, de pensar formas de reverter esse quadro. Depreende-se que a experiência compartilhada de situações de não-reconhecimento possibilita aos sujeitos desrespeitados identificarem uns com os outros suas vãs condições, instituírem uma ligação solidária e lutarem por reconhecimento. Nesse sentido, ao enfatizar uma unidade psíquica centrada no sentimento de injustiça, de tratamento desigual, social ou juridicamente, Honneth concebe o desrespeito como propulsor da luta por reconhecimento. Ainda que Honneth tenha percebido a “gramática moral do desrespeito”, vale notar que se trata de um desrespeito “ativo” (aplicando a lógica de Taylor). Não há em sua análise qualquer indicação da possibilidade de um “desrespeito ativo” não implicar em “desrespeito atitudinal”, no sentido de falta de reconhecimento. Embora isso pareça impróprio ou mesmo paradoxal, concretiza-se no caso dos filhos de criação.

Os exemplos nesse sentido são vários, mas me chamou atenção a precisão com que Clara explicou porquê, apesar de infeliz<sup>13</sup>, nunca rompeu com a família:

[minutos finais do nosso segundo encontro, que durou aproximadamente duas horas]  
Então o tempo em que você morou lá [com os pais de criação], você não foi feliz?

*Não. Nunca fui feliz.*

Mesmo morando com uma família que te dava carinho, como você me disse?

*Não. Eu não gostava de lá.*

E aqui você se sente bem?

*Aqui eu me sinto bem... Me sinto bem demais aqui! Lá eu não sentia.*

E abriu mão de sair... e ficou com eles mesmo não estando feliz?

*Fiquei até eles morrerem, mesmo não estando feliz.*

Por quê?

*Minha missão, minha missão. Fico até cumprir minha missão!*

Você não pensava em ir embora?

*Não. Eu tenho honra! O que as pessoas iam pensar de mim?*

E qual era a sua missão?

*Cuidar deles. Agora eu não tenho missão nenhuma lá mais. Agora eu estou vivendo a minha vida! [repete com exaltação] Agora eu estou vivendo a minha vida! Tô tendo a minha vida agora. Agora eu faço o que eu quero! Se eu quiser fazer almoço, eu faço; se eu não quiser, eu não faço! Eu faço as coisas que eu quero na hora que eu quero!*<sup>14</sup> (...)

---

<sup>13</sup> Esse foi um momento bastante delicado, pois contradizia muito do que havia sido dito. Clara assumiu uma postura mais firme e fria, diferente do tom de nossas conversas anteriores. Percebi uma pitada de raiva em suas palavras finais. Até então, ela afirmava que era feliz, que vivia no seio de uma família unida e festeira, da qual era o “xodó”. “(...) *Festeiros, festeiros demais! Festa de família. ‘Hoje nós vamos para a fazenda!’. Aí ia todo mundo para a fazenda... [Você gostava?] Nossa Senhora! Era bom de mais da conta! Eu toda vida fui festeira. Sempre fui alegre, sabe? (...) Eu era xodozinho da casa, tanto que meus irmãos [de criação] tinham até ciúmes de mim! (...) Eu era o chocolate... porque todos os meus irmãos eram brancos. Eu falo que eu não sou negra, eu sou chocolate!*”, contava em tom jactancioso.

<sup>14</sup> Depois da morte dos pais, Clara mudou-se para uma cidade vizinha, um pouco maior, e arrumou um emprego no período noturno como auxiliar de produção (que não exige escolaridade), num grande frigorífico da região. Apesar da autonomia evidenciada nessa passagem e em várias outras, a vida de Clara não mudou muito depois da morte de seus pais acolhedores. Ela se casou com um antigo conhecido que foi visitá-la numa noite em sua casa e de lá “*nunca mais saiu*”, nem para trabalhar (fato que não a incomoda e até é justificado). Além disso, ela trabalha como empregada doméstica (não regulamentada) na casa de sua sogra e de sua cunhada. “[Você trabalha o período integral lá no frigorífico? Oito horas?] *Oito horas que nada! Doze horas! Doze horas de trabalho! Doze horas! Entro às três [15:00] e saio às três [3:00]. Até chegar em casa, três e meia.* [E durante o dia? Você dorme?] *Nada, boba! Eu trabalho na minha sogra, eu trabalho na minha cunhada... Eu lavo roupa, eu passo, eu bordo, eu costuro... Faço de tudo, de tudo.* [Nas duas?] *É, nas duas.* [Elas te pagam?] *Me pagam.* [É um trabalho?] *É um trabalho. Na minha sogra e na minha cunhada. Na minha cunhada eu vou só uma vez por semana, na minha sogra é que eu vou todo dia.* [Seu marido trabalha?] *Não. Fica em casa.* [O tempo todo?] *O tempo todo.* [E você não se importa?] *Não... Ah, eu nem esquento! Ele estando em casa perto de mim, eu acho melhor, sabe? Ele já foi muito arteiro! Nossa Senhora! Mas não é por causa de mulher não, sabe? Ele gostava de droga, bebia muito... O Édson era “das noitadas”, menina! Você não achava o Édson em casa a noite não. Ele saía na quinta-feira e só chegava na segunda! Depois que está comigo, não! Agora ele é outra pessoa. Bebe só uma vez por semana...”*

A sociedade, isto é, os moradores locais, a igreja, a “economia moral”, os códigos de honra, a “política de reputação” etc., ancorados no mito que confere tal missão aos filhos de criação, exerce um papel coercitivo consonante/análogo ao familiar. Aliás, a própria “coerção” familiar é uma extensão da “coerção” social, culturalmente instituída. Contudo, é exatamente por ser um tipo de relação familiar que aos olhos dos moradores locais é fruto unicamente da vontade, da escolha dos filhos de criação, por serem “*peessoas especiais*”, “*peessoas de bem*”, que ela ganha importância; e os filhos de criação o mérito de seu reconhecimento. É como diz Bourdieu em “A economia dos bens simbólicos” (1996); aquele que se ajusta às expectativas coletivas, que, [aparentemente] sem qualquer cálculo, ajusta-se de imediato às exigências inscritas em uma situação, tira todo o proveito do mercado de bens simbólicos. Ele é tanto mais elogiado pela consciência comum por ter feito, como se fosse natural, algo que era a única coisa a fazer, mas que ele poderia não ter feito. Nesse sentido, torna-se compreensível o discurso inicial de todos os filhos de criação de que não há diferença para com o filho biológico, que se sentem e são tratados *como se fossem da família* etc. Os filhos de criação sabem da missão que lhes cabe e quão cara ela lhes sai para ser cumprida, porém é algo do qual não podem e pelo mesmo motivo não querem escapar, pois vai de encontro com aquilo que valorizam e perseguem. Por outro lado, sustentar e manter essa missão os faz sofrer enormemente porque, conscientemente, os limita e aprisiona. O discurso autoreferido de que são “*peessoas boas*”, de “*coração bom*” e “*sempre dispostas a ajudar*” é a reprodução do discurso social depois de suas completa servidão à família. Esta reprodução consiste na exaltação máxima de quem logrou atingir o reconhecimento social que tanto almejava e, conseqüentemente, a *distinção* que lhe cabe.

## **Conclusão**

As análises deste artigo transitam entre as práticas da vida cotidiana em relação ao comportamento, aos conflitos, à aceitação social dos filhos de criação de hoje em dia, isto é, remascentes da prática do acolhimento comum até um passado bastante recente, final do século 20, e a memória social desta prática, suas configurações de outrora com implicações hodiernas.

De acordo com explicações nativas, as “*peessoas mais velhas*” construíram seu patrimônio com a ajuda dos filhos. Esse é um ponto que permeia todo este trabalho. Pessoas entrevistadas revelaram que até por volta dos anos setenta do século 20, o papel

do filho era o de ajudar no trabalho dos pais. A quantidade de filhos que uma família tinha, permitia construir certo patrimônio sem o dispêndio com mão-de-obra e aqui reside a explicação nativa para o acolhimento, prescindindo completamente o viés da “caridade”, fortemente exaltado pela família acolhedora. As crianças, de um modo geral, eram treinadas desde cedo para o trabalho. “*Depois da aula*”, os meninos acompanhavam o pai no serviço da roça e as meninas também, mas depois de ter ajudado a mãe com os serviços domésticos. No caso dos filhos de criação, o aprendizado ficava por conta das tarefas domésticas, excluindo completamente a escola. Com o passar dos anos, as coisas mudaram um pouco, mas a memória social resguarda ainda que os filhos têm obrigação de ajudar os pais, sobretudo os de criação, pois “*acolher uma criança é uma escolha*”.

Essas explicações nos remetem a um passado geral que vai constituir o primeiro domínio onde a memória coletiva cristaliza-se. Contudo, tais narrações não se situam no domínio do mito, nem no da história, mas na intersecção de ambos (Lévi-Strauss, 1984). Não se trata de assimilar aqui a história ao mito ou vice-versa; o que se assiste é um caminhar da história em direção ao mito através do “trabalho da memória” (Pietrafesa de Godoi, 1999).

A memória social trabalha com esse mito de que “*filho tem obrigação de ajudar os pais*” e, no que concerne aos filhos de criação, com a derivação de que “*são pessoas especiais, escolhidas por Deus, que cuidam dos pais até a morte*”. O discurso dos pais acolhedores “*se não fosse por nós talvez nem vivo você estaria*”, que muitas vezes soa como um mantra no decorrer de suas trajetórias, relembra a “dívida” de retribuição da “dádiva” recebida. Como estão inseridos numa sociedade cuja rede de observação é intensa e cuja valorização religiosa do sofrimento está entranhada nos julgamentos morais, os filhos de criação são impelidos a “honrar” a dívida (que só é paga quando da morte dos pais ou nunca é paga, como mostram os casos onde o filho de criação é “deixado como herança” de geração para geração), através do cumprimento da missão que o mito lhes designa, sob o risco de serem tomados por ingratos, de “manchar suas honra”, de perder a posição de “*como se fosse da família*” e, no limite, de não merecer a graça divina da salvação. Por outro lado, ao cumprirem tal missão, os filhos de criação atualizam o mito, obtém o reconhecimento familiar e social e passam a gozar da conspícua distinção de seus *status* benfazejo.



## **Bibliografia de referência**

AZEVEDO, Priscila Gomes de (2007). *A importância moral do reconhecimento: um estudo de caso*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de Juiz de Fora.

BOURDIEU, Pierre (2006). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_ (2004). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

\_\_\_\_\_ (2004). The peasant and his body. In: *Ethnography*, Vol. 5, No. 4, 579-599.

\_\_\_\_\_ (2002). *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. México: Taurus.

\_\_\_\_\_ (2000). *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Seuil.

\_\_\_\_\_ (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_ (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (1996). *Razões Práticas*. 8ª ed. São Paulo: Papirus.

\_\_\_\_\_ (1980). *Le sens pratique*. Paris: Minuit.

\_\_\_\_\_ (1962). Célibat et condition paysanne. In: *Études Rurales*, (5-6) 32-135.

COMERFORD, John Cunha. (2003) *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel (2003). *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso.

HONNETH, Axel (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34

KOFES, Maria Suely (2001). *Mulher, mulheres – identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

LAHIRE, Bernard. (2010) *Franz Kafka: éléments pour une théorie de la creation littéraire*. Paris: éditions la découverte.

\_\_\_\_\_ (2006). *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed.

\_\_\_\_\_ (2004). *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed.

\_\_\_\_\_ (1998). *L'Homme pluriel: les ressorts de l'action*. Paris: Nathan. Essais & Recherches.

LÉVI-STRAUSS, C. (1984). “Ordre et disordre dans la tradition orale”, in *Paroles données*. Paris: Plon, pp. 150-157.

MAUSS, Marcel (2003). Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

\_\_\_\_\_ (2003). Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

MOTTA-MAUES, Maria Angélica (2004). Na “casa da mãe”/na “casa do pai”: anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da “circulação” de crianças. *Revista de Antropologia [on line]*, vol. 47, nº 2, pp.427-425.

PEIRANO, Mariza.(1995) “A favor da etnografia”. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PIETRAFESA de GODOI, Emília. (1999) *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

SMITH, M. L. (1971) *Institutionalized servitude: the female domestic servant in Lima*. Ph.D., Indiana University.

TAYLOR, Charles (1997). *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola.

THOMPSON, E. P. (1984). “*La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVII, Tadición, revuelta y consciencia de clase*”. Barcelona: Editorial Crítica.